

Sérgio Machado propõe teto salarial para todo servidor



O teto salarial no serviço público deve ser estabelecido e observado para todos, desde o presidente da República até o mais humilde dos servidores, afirmou ontem o senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Depois de observar que o teto de R\$ 10.800,00, proposto na reforma administrativa, equivale a mais de 96 salários mínimos, o senador lembrou que "quem paga os nossos salários é a sociedade". Ele acrescentou:

- É por isso que não concordamos que se exija dos que ganham um, dois, três ou cinco salários mínimos, a maioria da nossa população, assumir o sacrifício de pagar 20 mil reais de salário a um servidor público.

Violência nas cidades e no campo preocupa senadores

Maior rigor na seleção de soldados, desmilitarização das polícias e diálogo pela paz na zona rural são as sugestões apresentadas



Presidida por Bernardo Cabral, a Comissão de Justiça do Senado ouviu ontem a leitura do parecer do senador Francelino Pereira favorável à proposta de emenda constitucional que permite a reeleição no Executivo. Página 7

A falta de seleção eficiente de candidatos ao posto de soldado é uma das causas da violência policial, alertou ontem o senador Pedro Simon. Também preocupada com o problema, Benedita da Silva quer incluir o tema "direitos humanos" no âmbito de ação da CCJ. Regina Assumpção, por sua vez, defendeu a desmilitarização das polícias. José Serra lamentou exploração política no episódio de violência envolvendo membros da PM em Diadema (SP). Os conflitos no campo também são motivo de preocupação: Casildo Maldaner sugere ao presidente Fernando Henrique Cardoso que convoque lideranças ruralistas e dos sem-terra para um diálogo, a fim de evitar tragédia maior. Eduardo Suplicy quer saber por que uma operação do Exército elegeu os sem-terra como inimigos. Páginas 4 e 5

Transferência de Furnas é ilegal, alerta Josaphat



É inconstitucional a transferência de ativos e passivos de todo o sistema termouclear da Furnas Centrais Elétricas para a Nuclen Engenharia e Serviços, determinada por resolução do Conselho Nacional de Desestatização em 9 de julho de 1996. A denúncia foi feita ontem pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA), ao lembrar que compete ao Legislativo "aprovar iniciativas do Executivo referentes a atividades nucleares", como estabelece a Constituição.

Josaphat se baseou em parecer elaborado pelo Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) sobre consulta formulada pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro.

CPI interroga chefe da Dívida Pública do BC

A CPI dos Precatórios ouviu ontem três ex-funcionários da prefeitura de São Paulo - Maria Helena Cella, Nivaldo Furtado de Almeida e Pedro Neiva Filho - e o chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira.

No momento em que Nivaldo Almeida afirmava que seu único interesse em viajar ao Paraná, no ano passado, consistia em comprar móveis, o relator da CPI, senador Roberto Requião (PMDB-PR), fez entrar no recinto da comissão o procurador paranaense

Luis Ceschini. O procurador contou que Nivaldo esteve naquela repartição, dizendo-se autorizado pelo governo do estado a fazer uma lista dos precatórios.

No interrogatório da contadora Maria Helena Cella, os senadores concentraram-se em indagar sobre sua participação no esquema. Ela explicou que auxiliou Alagoas e Pernambuco em assuntos de contabilidade, tendo orientado também vários municípios, por pura solidariedade profissional.

Às 21h, a CPI começou a ouvir Jairo da Cruz Ferreira e Pe-

dro Neiva Filho. Durante a reunião de ontem a CPI dos Precatórios recebeu uma delegação e um abaixo-assinado de 40 deputados do PMDB, que foram oferecer solidariedade aos trabalhos da comissão.

Os senadores Carlos Wilson (PSDB-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Gilberto Miranda (PFL-AM), Bernardo Cabral (PFL-AM), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Vilson Kleinting (PFL-SC) disseram que seus sigilos bancários estão à disposição da CPI, a fim de que os trabalhos sejam os mais transparentes possíveis.

Senado deve votar amanhã lei de proteção de cultivares

Regime de urgência foi aprovado ontem e inclui também projeto da Câmara que objetiva aperfeiçoar a Lei das Sociedades Anônimas

O plenário do Senado vota nesta manhã o projeto de lei da Câmara que estabelece normas de defesa dos direitos autorais dos pesquisadores agrícolas, produtores ou profissionais especializados na melhoria de sementes e plantas, conhecida como Lei de Cultivares. Os senadores aprovaram ontem requerimento de líderes que apoiam o governo pedin-

do urgência para o projeto.

Ao defender a aprovação da urgência, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que relatou o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, afirmou que a Lei de Cultivares será "um eficiente instrumento para aumentar a produção de alimentos no país", porque defenderá quem consegue obter, por pesquisas, variedades

de plantas mais produtivas ou resistentes a doenças.

Também foi aprovada urgência para um projeto de lei da Câmara (PLC 94/96) que objetiva aperfeiçoar a Lei das Sociedades Anônimas, facilitando a abertura de capital pelas empresas e reforçando os direitos dos acionistas minoritários.

■ **Veja na página 7 a previsão de atividades das comissões**

Deficientes físicos fazem visita à Casa

Um grupo de oito deficientes físicos, pacientes do Hospital Sarah Kubitschek, visitou ontem o Senado (foto).

Portadores de paraplegia e tetraplegia, eles vieram reivindicar a adoção de leis que facilitem o acesso de deficientes físicos em prédios públicos e privados.



Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Participa do seminário "Reforma Agrária, Desenvolvimento e Cidadania". *Palácio do Itamaraty*

11h - Preside sessão solene do Congresso Nacional em homenagem à memória do ex-ministro Mário Henrique Simonsen. *Plenário do Senado*

15h30 - Preside sessão ordinária deliberativa do Senado

PLENÁRIO

11h - Sessão solene do Congresso Nacional

Pauta: Homenagem póstuma ao ex-ministro Mário Henrique Simonsen. *Plenário do Senado*

Oradores: Pelo Senado Federal, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA); pela Câmara dos Deputados, deputado Gonzaga Motta.

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: "PEC nº 64/95 (quarto dia de discussão em primeiro turno), que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; e "PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 236/95 (não terminativo), que cria a renda mínima na educação; "PLS nº 084/96 (não terminativo), que cria o programa de bolsas de estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional; "PLS nº 201/96 (não terminativo), que cria a bolsa-cidadão; e "PLS nº 64/96 (terminativo), que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabólicos.

zantes. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1571/97, que dispõe sobre a amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao INSS

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que fará exposição sobre a PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante de decisões sumuladas do STF. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - Comissão Especial sobre fatos ocorridos na Clínica Santa Geneveva

Pauta: Leitura, discussão e aprovação do relatório final. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do diretor-financeiro, do gerente de Investimentos Financeiros e do analista de Investimentos da Funcef. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

18h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública sobre o projeto de lei que institui o contrato de trabalho por prazo determinado, com a participação de sindicalistas, empresários e especialistas. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

18h - Comissão de Infra-Estrutura

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Emenda de plenário nº 1, apresentada em turno suplementar ao PLS nº 348/91, que dá nova redação ao art. 9º do Decreto-Lei nº 03/66, que disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

Congresso presta homenagem a Simonsen, hoje

O Congresso presta hoje homenagem ao ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que morreu de câncer em fevereiro último. Será realizada sessão especial, às 11h, no plenário do Senado, quando discursarão os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA) e José Serra (PSDB-SP) e os deputados Luís Eduardo Magalhães e Gonzaga Motta.

No próximo dia 23, a primeira hora de discursos da sessão do Senado será destinada a homenagear o compositor Pixinguinha, pelo centenário de seu nascimento. Encabeça o requerimento de homenagem Valmir Campelo (PTB-DF).

O plenário aprovou ontem requerimento, de Esperidião Amin (PPB-SC), para que os discursos da primeira hora da sessão do Senado do dia 12 de junho sejam dedicados a homenagear os 175 anos da Maçonaria no Brasil.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Jáder colhe assinaturas para comissão do sistema financeiro

Órgão do Congresso teria caráter permanente, conforme proposta do senador, e seria assessorado por corpo técnico especializado

Jáder Barbalho (PMDB-PA) anunciou ontem que apresentará projeto de resolução criando a Comissão Mista Permanente dos Sistemas Financeiros Público e Privado. Ele pediu o apoio dos parlamentares para as assinaturas - de, no mínimo, 20 senadores e 100 deputados - necessárias à apresentação do projeto.

Conforme a proposta, a nova comissão seria composta por 11 senadores e igual número de deputados titulares, com competência para examinar projetos, estudos e outros documentos relativos a matéria financeira, cambial e monetária; instituições financeiras públicas e privadas e suas operações; moeda; e atuação e in-



Jáder Barbalho

tervenção nos sistemas financeiros público e privado.

Somente a existência de um corpo técnico especializado em questões financeiras, no âmbito do Congresso, segundo Jáder, permitiria que os parlamentares trabalhassem "sem a necessidade, hoje imperiosa, de se valer de auxílio técnico exógeno, com ganho em agili-

dade, prestação, profundidade, técnica e, por que não, de confiabilidade".

Outra razão para se criar a comissão, como enfatizou o senador, é que o funcionamento dos sistemas financeiros público e privado é "campo fértil para o surgimento de disfunções", com potencial questionável "perfeitamente ilustrado pelos eventos que cercam o Proer". Além disso, as irregularidades constatadas pela CPI dos Precatórios, envolvendo bancos, corretoras e fundações estatais, "ressaltam a ausência de um órgão especial no Parlamento para atuar nessa sensível área", registrou.

INTERCÂMBIO



ACM define visita de Medina como um "marco"

Biblioteca do Congresso dos EUA oferece cooperação

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência na tarde de ontem um dos diretores da Biblioteca do Congresso norte-americano, Rubens Medina, que veio ao Brasil para tratar da ampliação da cooperação entre os Legislativos dos dois países por meio de programas como o Glin (Global Legal Information Network), base de dados de

legislação nacional de 35 países de todo o mundo, mantida pela Biblioteca do Congresso norte-americano, em Washington.

Antonio Carlos disse que considera a visita "o marco de um novo relacionamento entre o Congresso norte-americano e o brasileiro", o qual terá reflexos importantes no intercâmbio entre as duas nações.

ACM pede a líderes critérios para TV Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu ontem que os líderes partidários reúnam-se para definir um critério, a ser cumprido pela Mesa, para as transmissões da TV Senado.

Conforme disse, na segunda-feira o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) reclamou com veemência da interrupção de seu discurso, pela TV Senado, para que fossem transmitidos depoimentos na CPI dos Precatórios.

- Assumo a responsabilidade dessa interrupção, e o fiz levando em conta que a população preferiria ver a CPI e não uma sessão não deliberativa, mas temos que encontrar uma solução - afirmou.

Um critério possível, observou, é o de que, havendo reunião da CPI e estando o plenário em sessão não deliberativa, a prioridade seria da CPI. De qualquer forma, a Mesa cumprirá decisão dos líderes, garantiu.

Depoimentos poderão ser suspensos

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Jáder Barbalho (PMDB-PA) disseram ontem que os depoimentos prestados à CPI dos Precatórios estão previamente combinados, daí os depoentes repetirem argumentos para se defender, dificultando o avanço das investigações. Eles acham que a comissão deve suspender por alguns dias os interrogatórios, debruçando-se mais profundamente sobre os documentos em exame.

- Está provado que, antes de encerrar seus trabalhos, a CPI já cumpriu seu papel. Ela desnudou o mercado financeiro - disse Jáder. Ele explicou que, desde o ano passado, os escândalos que mais mobilizam a opinião pública no Brasil apontam para o mercado financeiro, citando como exemplo o Proer, "onde o governo aplicou R\$ 20 bilhões para salvar bancos em crise". Apesar desse avanço da CPI, o senador acha que agora ela pode ficar "imobilizada" pela falta de cooperação dos depoentes.

Jáder entende que a CPI já chegou aos principais responsáveis pelas irregularidades cometidas com precatórios - nos crimes de responsabilidade, os administradores públicos envolvidos; nos crimes comuns, os que cometeram delito de falsidade ideológica, como os donos de empresas de fachada. Ele acha que o trabalho principal a comissão já fez, cabendo agora à Polícia Federal e ao Ministério Público conduzirem os inquéritos para a responsabilização penal dos envolvidos.

Já Requião anunciou que poderá pedir a prorrogação, por mais 90 dias, dos trabalhos da CPI, embora acredite que o adiamento por mais 45 dias, já aprovado, seja suficiente para encerrar seu relatório.

VIOLÊNCIA URBANA

Selvageria pode virar rotina, alerta Simon

"O que vemos então? Vemos pessoas despreparadas, maníacos e drogados exercendo a função de PM no país inteiro. Alguma coisa tem de ser feita para acabar com isso"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem em plenário que uma das causas da violência de policiais militares no país é a falta de uma eficiente seleção de candidatos ao posto de soldado. "O que vemos então? Vemos pessoas despreparadas, maníacos e drogados exercendo a função de PM no país inteiro", disse.

Pedro Simon lamentou "a repetição de cenas de selvage-

ria de policiais militares", mostradas pelo *Jornal Nacional* de segunda-feira, desta vez gravações feitas na Cidade de Deus, em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

- Acontece no Rio de Janeiro a mesma selvageria de São Paulo. Parece que agora já estamos nos acostumando com



Pedro Simon

essa violência. Se houver uma terceira vez, essa selvageria não terá nem repercussão - opinou.

Ao comentar que as imagens da violência foram tomadas no Rio com poucos dias de diferença do episódio ocorrido em São Paulo, o senador ponderou que "não se pode dizer que apenas houve coinci-

dência". Para ele, pode ter havido "mais que coincidência" nas filmagens feitas pelos cinegrafistas.

- Alguma coisa tem de ser feita para acabar com isso. Não dá para o governo federal dizer que o problema é da alçada das polícias militares dos estados. Eu também não sei o que se deve fazer, mas estou pronto a discutir o assunto - afirmou o senador Pedro Simon.

Para Regina, só deve haver polícia civil



Regina

A desmilitarização das polícias brasileiras foi defendida ontem por Regina Assumpção (PTB-MG),

sob o argumento de que "o militar é formado para a guerra, não para a defesa dos direitos do cidadão, da preservação de sua segurança, de sua vida e de seu patrimônio". Segundo ela, a polícia deve ser essencialmente civil, ainda que hierarquizada.

- Homens rigorosamente selecionados em testes físicos e psicológicos, mas pertencentes à polícia civil, poderão e deverão receber treinamento específico e militarizado para fazer frente a situações de extrema gravidade, em que se faça necessário o uso de armamento pesado e força física de persuasão, repressão ou resgate de reféns ou de salvamento de pessoas em situação de perigo extremo - disse.

Regina pediu para que seja constituído com urgência no Senado grupo de trabalho para analisar "em profundidade" a legislação vigente e propor reformas.

Benedita quer comissão de direitos humanos

Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ontem rapidez na votação do novo Regimento Interno do Senado para que seja incluído, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o tema "direitos humanos", conforme projeto de resolução de sua autoria.

Enquanto aguarda a votação da reforma do regimento, a senadora apresentou requerimento para que seja criada uma comissão provisória de Direitos Humanos. De acordo com Benedita, essas comissões fazem parte de



Benedita

medidas concretas, necessárias para combater o crime organizado e a vi-

olência policial.

Benedita considera que a impunidade contribui para a conduta violenta dos policiais militares, e esta não se restringe a São Paulo e ao Rio, com o que concordou, em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS).

Serra lamenta exploração política do caso de Diadema

José Serra (PSDB-SP) manifestou-se inconformado com o fato de pessoas utili-



José Serra

zarem, "para tirar vantagens políticas, distribuindo culpas", o episódio de "violência, extorsão e arbítrio que envolveu membros da Polícia Militar de São Paulo, em Diadema".

Entende o senador que "há

culpas graves em que incorreram os diretamente envolvidos e os que, tendo conhecimento dos fatos, tentaram acobertá-los, mas também há culpas daqueles que alimentaram diariamente um clima que favorece o arbítrio, a violência, a impunidade, como única forma de enfrentar os criminosos".

Serra lembrou que prisões foram efetuadas, as investigações estão em pleno curso e "os elos da cadeia de comando, suspeitos de leniência, foram removidos".

Ex-presidiários poderão receber seguro-desemprego

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apresentou ontem projeto de lei estendendo o



Amorim

benefício do seguro-desemprego aos presos que acabaram de cumprir pena. Pela proposta, o condenado receberá dois salários mínimos mensais por um período máximo de seis meses, contados a partir da data em que ele for posto em liberdade.

A proposição estabelece que terão direito ao benefício os ex-presidiários que não tenham qualquer emprego ou renda própria para sua manutenção e a de sua família, como também a suspensão do pagamento caso ele consiga algum emprego durante os seis meses.

- O ex-detento sai da prisão sem nenhum centavo e não tem como sobreviver. É preciso que ele tenha um tempo para se readaptar à sociedade e, para isso, precisa de uma ajuda para não voltar à marginalidade - justificou Amorim.

VIOLÊNCIA RURAL

Ações da UDR e do MST preocupam Maldaner

"Acintoso desrespeito à lei e à ordem" por parte de alguns integrantes destes movimentos é criticado pelo senador, ao sugerir que FHC promova diálogo para evitar tragédias

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou preocupação com "o



Maldaner

acintoso desrespeito à lei e à ordem" por parte de alguns integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da União Democrática Ruralista (UDR). Ele sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que convoque as lideranças dessas entidades para um diálogo, a fim de evitar tragédias maiores.

- Não é admissível que a UDR faça ameaças de uso de armas para solucionar o conflito agrário, abrindo caminho para que novas e lamentáveis tragédias voltem a ocorrer.

Também é inaceitável que uns poucos dirigentes do MST se aproveitem da força de um movimento socialmente justo e comandem invasões de terras produtivas e de órgãos públicos

- disse.

Casildo Maldaner lembrou que o governo federal já distribuiu, em dois anos, 3,3 milhões de hectares de terra e assentou quase 105 mil famílias, en-

quanto o Congresso Nacional também contribuiu para a solução do problema fundiário, ao aprovar o rito sumário para as desapropriações e novos critérios para cálculo do ITR.

Suplicy pergunta por que sem-terra são inimigos

Requerimento apresentado ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indaga ao ministro do Exército, general Zenildo Lucena, por que nas manobras da "Operação Encouraçado Alpha", realizada pelo Exército no Rio Grande do Sul, trabalhadores sem-terra foram colocados "como inimigos", segundo informações da imprensa.

- Qual a justificativa desse ministério para tratar dessa

maneira aqueles que se organizam para reivindicar que haja uma estrutura agrária mais justa no Brasil? - questiona o senador.

Depois de lembrar que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem recebido a coordenação nacional do MST em diversas audiências, Eduardo Suplicy pergunta ao ministro do Exército se "não seriam estas ações atitudes



Suplicy

que podem contribuir para dificultar as relações do governo com aquela organização".

O senador informou que o presidente da República concordou em receber os líderes do MST no próximo dia 18, um dia depois de chegar a Brasília os trabalhadores que se dirigem a pé à Capital, partindo de vários pontos do país.

SOLUÇÕES PARA O CAMPO

Levy Dias defende um programa nacional de incentivo à irrigação

Em apelo dirigido ao presidente da República, o senador Levy Dias (PPB-MS) solicitou ontem atenção para a necessidade de ampliar a área irrigada brasileira e garantir ao país condições de competição no mercado inter-



Levy Dias

nacional de produção de alimentos. Sem um sólido plano nacional de incentivo à irrigação, disse, o Brasil perderá "a corrida para os nossos parceiros do Mercosul, na conquista dos novos mercados que se abrem no âmbito da regionalização".

Para o senador, é inadmissível que o Brasil entre no próximo milênio com menos de 2,7 milhões de hectares de área irrigada, equivalentes a 5% da área cultivada total. Em 1994, a China alcançou 50 milhões de ha irrigados, a Índia, 40 milhões de ha e os EUA ultrapassaram os 21 milhões de ha.

Odacir propõe centro de pesquisa na floresta Jamari

A implantação de um Centro de Pesquisa e Treinamento em Manejo dos Recursos Naturais Renováveis na



Odacir Soares

Floresta Nacional do Jamari foi defendida pelo senador Odacir Soares (PFL-RO).

Segundo o senador, o centro estaria voltado para pesquisas básicas e aplicadas sobre o manejo dos recursos naturais e recuperação de áreas degradadas. Odacir destacou que a Floresta Nacional do Jamari possui grande riqueza em áreas de interesse científico e fica próxima aos maiores pólos madeireiros de Rondônia.

Osmar Dias sugere que BNDES invista na modernização

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) propôs que o BNDES invista R\$ 1,2 bilhão ao ano na modernização agrícola do país, e faça uma revisão das atuais regras de cinco anos de prazo e dois de carência para financiamentos concedidos pelo banco.

A situação econômica, de

estabilidade e inflação baixa, recomenda também, segundo o senador, juros compatíveis e não o índice TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), adotado atualmente. Conforme Osmar Dias, as linhas de crédito colocadas à



Osmar Dias

disposição dos produtores e da indústria de máquinas e equipamentos pelo BNDES "não casam, por exemplo, com investimentos em fruticultura", cujos projetos exigem oito anos de prazo e três de carência.

CPI debate exploração de menor no Rio Grande do Sul

Depoimento colhido pela comissão, presidida por Marluce Pinto, revela que 500 mil jovens no estado trabalham em condições indignas

"Se a situação das crianças do Rio Grande do Sul é tão delicada, imagine a de outros estados da Federação onde a renda *per capita* é irrisória", disse Marluce Pinto (PMDB-RR), presidente da CPI mista que apura denúncias sobre o trabalho infantil no Brasil, após ouvir exposição da coordenadora da fiscalização do trabalho da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, Helena Beatriz M. Andrade, em reunião realizada ontem.

A coordenadora divulgou dados sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescentes gaúchas. Segundo informou, um relatório de 1993 - ponto de partida para uma pesquisa do Ministério do Trabalho - constatou a existência de aproximadamente 500 mil jovens inseridos no sistema pro-



Helena Andrade depôs ontem na CPI presidida por Marluce

ditivo do Rio Grande do Sul, ou seja, cerca de 10% da força de trabalho do estado, "sem perceber remuneração digna e usufruir de mínimas condições de segurança".

Esse contingente, explicou Helena Beatriz Andrade, estaria sendo explorado, inclusive por multinacionais, na fumul-

tura, na produção de celulose, na lapidação de pedras, na colheita de maçã, na Ceasa e no setor de calçados.

De acordo com a expositora, a coordenação que dirige dispõe apenas de 150 fiscais para cobrir 467 municípios. A seu ver, esse contingente é insuficiente para apurar as denúncias.

nos federal, estaduais e municipais para que as crianças e jovens possam receber a proteção de que necessitam.

A CPI aprovou sugestão apresentada por Emília no sentido de requerer à Secretaria de Trabalho gaúcha e a instituições interessadas no assunto informações que possam ter sobre a situação de crianças e adolescentes. Por sua vez, Benedita lembrou já existir o "Pacto pela Infância", idealizado no governo Collor, que, na sua opinião, precisa ser resgatado.

A CPI volta a reunir-se no dia 15 para ouvir exposições de Siro Darlan, juiz de menores do Rio de Janeiro, e da coordenadora do Conselho Nacional de Justiça e Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Isa Maria de Oliveira.



Emília e Benedita querem colocar medidas práticas em ação

Senadoras esperam que governos priorizem questão

Ações práticas capazes de impedir efetivamente a exploração do trabalho infantil e de adolescentes no país foram cobradas por Marluce Pinto (PMDB-RR), Emília Fernan-

des (PTB-RS) e Benedita da Silva (PT-RJ), durante reunião realizada ontem pela CPI que analisa a questão. As parlamentares ressaltaram a importância do comprometimento dos gover-

Mauro elogia luta contra nepotismo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que o combate ao nepotismo é uma atuação da imprensa a



Mauro

merecer apoio de todos os que se interessam pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas. E elogiou o jornal *O Popular*, de Goiânia, pelas reportagens e editoriais que vem publicando sobre favorecimento de parentes de autoridades no serviço público.

Jefferson critica "os profetas do caos"



Jefferson

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou ontem que "o Brasil já foi o país do ufanismo, do otimismo delirante, mas agora parece que saltou para o extremo oposto, o país do catastrofismo". Segundo o senador, a cada medida que é adotada, "aparecem os profetas do caos, cujos prognósticos nunca se realizam".

Lauro conclui estudo sobre autoritarismo

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou ontem a terceira e última parte de seu estudo sobre autoritarismo.



Lauro

O senador voltou a criticar o governo, servindo-se de referências contidas no livro *Autoritarismo e Democratização*, de autoria de Fernando Henrique Cardoso.

CCJ vota na terça emenda da reeleição

Senadores adiaram ontem votação do parecer favorável do relator Francelino Pereira, que rejeita as oito emendas propostas por Simon, Valadares, Jefferson, Josaphat e Palmeira

Um pedido de vista coletivo adiou para a próxima terça-feira (dia 15) a votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do parecer de Francelino Pereira (PFL-MG) favorável à proposta de emenda constitucional que permite a reeleição para cargos executivos. O relator acatou a proposta tal como ela veio da Câmara dos Deputados, rejeitando as oito emendas apresentadas por senadores.

De acordo com a proposta, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido podem concorrer à reeleição, para um único período subsequente. Apresentada pelo deputado Mendonça Filho, a emenda altera também a data das eleições majoritárias, determinando sua realização no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver.

Em seu parecer, Francelino Pereira afirma que o princípio da reeleição não altera a concepção do Estado democrático de direito, e que a proibição da



Parecer de Francelino, apresentado ontem à CCJ, manteve o mesmo texto aprovado pela Câmara

reeleição não poupou o país das crises e interrupções da normalidade constitucional, podendo até ter concorrido para a ocorrência dessas situações.

O senador sustenta que as mudanças na sociedade, a existência de instrumentos de controle na legislação eleitoral, a consolidação dos direitos fundamentais, o crescente exercício da cidadania, a fiscalização da imprensa e da mídia, o novo papel conferido ao Ministério Público e o exercício dos poderes do Congresso e do Judiciário de maneira plena justificam a introdução da regra central da reeleição.

O relator manifesta-se contrário à desincompatibilização dos ocupantes dos cargos executivos, afirmando que ela contradiz a essência da norma

de reelegibilidade para novo e consecutivo mandato, e que a permanência, no cargo, dos titulares pressupõe a não-interrupção de uma ação administrativa. Francelino Pereira sugere que uma nova lei impedindo abusos no uso do poder público vigore já em 1998.

Sobre a exclusão dos governadores e prefeitos da emenda, Francelino Pereira afirma que ela criaria um vazio constitucional, produzindo norma de conteúdo omissivo, o que poderia ter duas consequências: a possibilidade de reeleição dos excluídos, não só para um único período subsequente, mas indefinidamente, e o desequilíbrio federativo, com uns estados acolhendo, e outros rejeitando, a reeleição.

No parecer, Francelino Pereira fundamentou a sua posi-

ção pela rejeição das emendas dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que propõem a realização de referendo; das emendas de Jefferson Peres (PSDB-AM), Josaphat Marinho (PFL-BA) e outra emenda de Valadares, que tratam da desincompatibilização dos candidatos à reeleição; de mais uma emenda de Valadares dispendo que a reeleição só será válida para os próximos mandatários; e duas de Guilherme Palmeira (PFL-AL), sobre a incorporação da reeleição pelas Constituições estaduais e Leis Orgânicas municipais e sobre a inelegibilidade, para os mesmos cargos, em qualquer época, do presidente, dos governadores e prefeitos que houverem sido reeleitos.

Brindeiro fala hoje sobre efeito vinculante

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe hoje, às 11h, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que fará exposição sobre a proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que estabelece efeito vinculante para decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal (STF). Antes, às 10h, a comissão se reuni-

rá para examinar uma extensa pauta.

Às 10h, também estará reunida a Comissão de Assuntos Sociais para apreciar diversos projetos, destacando-se o que cria a renda mínima na educação, e o programa de bolsas de estudos. Às 11h, será instalada a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a medida provisória que dispõe sobre a amortização e parcelamen-

to de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao INSS, pelos estados, Distrito Federal e municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, ou com este contratados ou conveniados.

A Comissão Especial destinada a acompanhar *in loco* os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Geno-

veva fará, a partir das 17h, a leitura, discussão e aprovação do relatório final.

Outra comissão que se reúne nesta quarta-feira, a partir das 18h, é a de Serviços de Infra-Estrutura, para apreciar emenda de plenário ao projeto de lei do Senado que dá nova redação ao decreto que disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias.

Serra sugere Cade mais independente nas decisões

Presidente da CAE manifestou seu ponto de vista na sessão em que a comissão aprovou os nomes indicados para o conselho

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem a indicação de Paulo Dyrceu Pinheiro para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a recondução de Arthur Barrionuevo Filho, conforme mensagem enviada pelo presidente da República. As duas indicações serão submetidas ainda ao plenário da Casa.

O senador José Serra (PSDB-SP), presidente da comissão, afirmou na oportunidade que o órgão deve agir com independência, tanto em relação à iniciativa privada como ao próprio Executivo, com vistas ao interesse público.

O Senado, de acordo com Serra, deverá recorrer ao assessoramento do Cade para a realização de investigações na área econômica, sempre que lhe parecer necessário. Nesse sentido, o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) encaminhou requerimento, aprovado pela comissão, no sentido de que o órgão preste assessoramento ao Congresso



A Comissão de Assuntos Econômicos apreciou diversos projetos

no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Convidado por Serra a compor a mesa, o presidente do conselho, Gesner de Oliveira, afirmou que a globalização característica do atual estágio da economia mundial tende a conferir uma importância cada vez maior ao Cade, uma vez que a abertura econômica exige um aperfeiçoamento cada vez maior das empresas. Ele disse que a vigilância exercida pelo Cade vai permitir à economia brasileira tornar-se mais competitiva.

Arthur Barrionuevo e Paulo Pinheiro, apesar de criticarem a formação de monopólios particulares em substituição aos do Estado, defenderam a privatização e atribuíram ao mercado a competência de regular a economia dos países.

Com essa linha de raciocínio, eles responderam às questões levantadas pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Beni Veras (PSDB-CE) e Lauro Campos (PT-DF).

ALAGOAS

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou também parecer favorável do senador Ney Suassuna à solicitação do governador de Alagoas, elevando de R\$ 100 milhões para R\$ 135 milhões contrato de abertura de crédito com a Caixa Econômica Federal. Os recursos, conforme o relator, serão aplicados no prosseguimento do Programa de Incentivos à Exoneração Voluntária.

Suassuna: por uma política de emprego

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que as forças produtivas brasileiras querem uma política clara de criação de postos de trabalho para evitar o agravamento do desemprego.

Na opinião do senador, o futuro do Brasil dependerá da ampliação do mercado interno e da capacidade de gerar empregos. A solução, diz ele, está no fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno e médio portes.

Rocha destaca o Projeto Caboclo



Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou o encerramento do 2º Simpósio da Amazônia para a Implementação do Projeto Caboclo, em Belém (PA), realizado para definir critérios sobre a população-alvo do projeto, que cria formas alternativas de ocupação da floresta amazônica. Rocha entende que é preciso definir os beneficiários: se somente os caboclos da região ou se comunidades assentadas e imigrantes também.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES,

GERALDO MELO, LEVY DIAS, SÉRGIO MACHADO, ADEMIR ANDRADE E WALDECK ORNELAS E PELA SENADORA JÚNIA MARISE

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernamto Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.